

D. Helder, Irmão dos Pobres

(Um testemunho e uma homenagem)

Luiz Alberto Gómes de Souza
Centro João XXIII

Conheci D. Helder Câmara de longe, na organização gigantesca do Congresso Eucarístico Internacional de 1955, em meio a toda uma incrível parafernália e uma imensa mobilização: seria um grande e eficiente empresário do Reino de Deus? Logo depois convivi com ele na Ação Católica, de 1956 a 1958. Aí acompanhei de perto o trabalho do Dom, como o chamávamos — ou Pe. Helder —, no velho e escuro palácio São Joaquim, auxiliado pela maravilhosa e inesquecível Cecília e por um bando de devotas auxiliares. Fui descobrindo aos poucos um outro D. Helder, humano, malicioso, político hábil, ouvindo e seguindo tudo, sem perder uma vírgula dos debates, através da pesadas pálpebras e olhos semicerrados.

Lá na sua terra natal, Ceará, vivera jovem, a tentação da política e o equívoco de tantos cristãos daqueles tempos. Salvou-o a vinda ao Rio e a orientação e apoio de D. Sebastião Leme e de Amoroso Lima. Depois de uma experiência no Ministério da Educação, exorcizando-se da política direitista através da frieza do mundo burocrático, moder-

no naquela época, ia rapidamente incorporar-se ao Rio de Janeiro, cidade aberta e acolhedora, com o entusiasmo de um velho carioca, guardando o inconfundível sotaque nordestino. Ainda o vejo, almoçando num daqueles típicos botequins da Glória, homem do bairro, gente da casa.

Descobriu então os desequilíbrios doidos do Rio e o mundo das favelas. Levaria Monsenhor Montini, futuro Paulo VI, a conhecer o povão da Praia do Pinto, a dois passos do elegante Jockey Club, conjunto de barracos debruçados sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas. Urbanização da favela, remoção para outro lugar? Começava seu trabalho na Cruzada São Sebastião, fruto de uma enorme sensibilidade para com o pobre concreto, correndo os riscos do assistencialismo, comum nos horizontes pastorais daquele tempo.

Uma enorme contribuição à Igreja do Brasil: vai ser assessor nacional, ao final dos anos quarenta, da Ação Católica Brasileira. O velho modelo da A.C., calcada no esquema italiano, chegava ao seu esgotamento. A partir da experiência da JOC, com seu método ver-julgar-agir, surgia, no bojo de uma enorme polêmica, a Ação Católica especializada, dividida por meios de vida. Apoiou o trabalho dos dirigentes e das dirigentes nacionais que pressionavam na direção mais ágil da especialização. Ali o Pe. Helder teve a companhia inestimável e a iniciativa segura de um grande amigo e companheiro, o Pe. José Távora — o "Eu", como ele chamava, tanto se identificavam. Os estatutos de A.C. de 1950 introduziram definitivamente o novo esquema.

Durante todo esse tempo demonstrou uma enorme confiança nos leigos. Redigiu cartas, memorandos, textos, defendendo os jovens "permanentes" dos movimentos frente a bispos recalcitrantes e temerosos. Quando a JUC, especialmente a partir de 1960, começou a receber toda sorte de críticas, escreveu, com seu estilo inconfundível, "informações objetivas sobre a JUC e o seu recente congresso nacional" onde, na sua qualidade de Assistente Geral da Ação Católica Brasileira e já nesse momento, Secretário Geral da CNBB, afirmava que "a JUC, longe de estar exorbitando ao tentar o esforço que vem tentando, está vivendo uma hora plena e merece o apoio e o estímulo do Exmo. Episcopado" (agosto de 1960). Isso no momento em que a imprensa e os setores de direita se abalançavam contra esse movimento pioneiro e de vanguarda da Igreja. E isso é tanto mais significativo quanto já era bispo-auxiliar do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Jaime Câmara, extremamente reticente diante da JUC.

A partir de seu trabalho na Ação Católica constrói, em 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da qual seria Secretário Geral até 1964. Com a colaboração de D. José Távora, também bispo-auxiliar do Rio e com várias ex-dirigentes da A.C., organiza o trabalho que João Paulo II proclamaria anos depois pioneiro e exemplo para o mundo. É muito significativo que uma organização episcopal tenha nascido a partir de uma experiência de movimentos leigos. Essa origem nem sempre é suficientemente tomada em consideração hoje, quando a CNBB se afirma cada vez mais e os movimentos de leigos vivem profundas crises de identidade.

Em 1955, durante o Congresso Eucarístico, D. Helder participou de maneira decisiva da iniciativa da criação do Conselho Episcopal para a América Latina, o CELAM, onde teria marcada influência nos anos iniciais, com seu amigo chileno D. Manuel Larraín — D. Manuelito, como o chamava —, que nos anos 30, assistente dos universitários, discípulo de Maritain, sofrera tantos ataques dos setores tradicionalistas e no momento era então bispo de Talca. Os dois estão nas origens da reunião de Medellín de 1968. D. Manuel morreria pouco antes, D. Helder lá seria uma peça fundamental.

Por seis meses, em 1963, juntamente com Lúcia, minha mulher, assessoriei D. Helder na preparação das sessões do Concílio. Com dificuldade traduzíamos e comentávamos os enormes parágrafos do que começou como o esquema XVII, depois esquema XIII e que finalmente levaria à *Gaudium et Spes*. Documento não previsto pelos organizadores do Concílio, esse texto, ponte fundamental como o mundo moderno, foi intruduzido por pressão de cardeais e bispos centro-europeus e D. Helder, assessorado em Roma pelo Pe. Leuret, tomou parte ativa nas negociações que o impuseram.

Durante o Concílio, não apareceu na tribuna da sala conciliar. Entretanto sua presença infatigável nos corredores, longas palestras com o Cardeal Suenens, D. de Smedt e tantos outros, encontros e almoços no Domus Mariae, foram decisivos para os rumos abertos do Concílio. Pela correspondência diária a seus amigos do Brasil, “a família mecejanense”, como indicava nas cartas, é possível reconstruir o Concílio, com seus impasses iniciais, gestos de audácia e sua presença discreta mas eficaz. Com o Pe. Gauthier e vários bispos, redigiu o texto sobre a Igreja dos pobres, documento que antecipa o que seria, anos depois, na América Latina, a “opção preferencial”.

Não dizem que por esse tempo ele teria proposto ao Papa entregar o suntuoso palácio do Vaticano à Unesco, como museu e monumento internacional, retirando-se para um ambiente mais modesto? "Il mio cardinaletto", o teria chamado carinhosamente João XXIII. Nunca chegou ao cardinalato; seria talvez um dos cardeais "in pectore" a que se referiu uma vez o Papa? As cúrias temem os profetas e os poetas e ele era ambas as coisas.

Seguindo a trilha de D. Sebastião Leme, foi um interlocutor permanente do governo dos anos do "pacto populista". Com os bispos do nordeste, incentivaria o presidente Juscelino a criar a Sudene. Tentações de usar o poder da Igreja diante do poder do Estado? Seu contato permanente com o povo, os favelados, os leigos da Ação Católica, o defenderiam da tentação palaciana e de cair nas malhas dos poderosos que o cortejavam com insistência e com interesse. Nos tempos do desenvolvimentismo isebiano, esteve tentado a pensar uma "pastoral do desenvolvimento", para a qual chegou a tender o episcopado latino-americano, no começo dos anos 60, à sombra da Aliança para o Progresso e o receio da transformação cubana. Logo depois uma "pastoral da libertação", que se imporia em Medellín, encaminhava a prática e a reflexão em outra direção, mais evangélica e certa. Seus textos nessa ocasião oscilam entre as propostas do desenvolvimento e as exigências da libertação. Aos poucos a última vai se impondo e para isso concorreria a situação política do Brasil depois de 1964, durante o novo "pacto autoritário", onde ele seria "a voz dos sem voz e dos sem vez".

Desde vários anos atrás, sua relação de bispo-auxiliar com o Cardeal do Rio de Janeiro era difícil, oscilante e ao mesmo tempo filial. Diferentes em quase tudo, o sentido pastoral e a humildade de D. Jaime Câmara, no fundo consciente de suas próprias limitações, permitiam a coexistência nem sempre fácil com aquele bispinho incômodo, irrequieto e tantas vezes incompreensível para o velho Cardeal. Mas essa situação não podia perdurar. Em plena crise social e política, no começo de março de 1964, é nomeado arcebispo de São Luís do Maranhão, o que o afastaria, para a conveniência de muitos, do eixo geográfico do poder. Estava em Roma quando ocorreu a morte súbita de D. Carlos Coelho, e foi transferido imediatamente para a Sé de Olinda e Recife, sem ter chegado a tomar posse em São Luís. É fácil aquilatar a importância estratégica de Recife. Lá também chegara D. Leme, anteriormente bispo-auxiliar do Rio de Janeiro e para esta última cidade retornara anos depois como arcebispo. Repetir-se-ia o mesmo itinerário desta vez? Outros eram os tempos, sobretudo do ponto de vista político.

Haveria também que lembrar rapidamente sua amizade com o núncio apostólico D. Armando Lombardi, certamente o melhor de todos os que tivemos no Brasil. Quantos Bispos, responsáveis mais tarde pela renovação da Igreja brasileira, não tiveram sua indicação sugerida nos almoços semanais entre os dois amigos? Em maio de 1964 D. Armando morreria, perdendo talvez a Igreja um excelente Secretário de Estado.

D. Helder chegou ao Recife, para tomar posse, logo depois do golpe de estado de abril de 1964, numa situação tensa. O Cardeal Motta, até então presidente do CNBB, seria removido de São Paulo para o refúgio de Aparecida do Norte. O Secretário Geral afastava-se também do Rio. Começava um sutil remanejamento na CNBB, interrompido felizmente anos depois com a crise Igreja-Estado.

Seu discurso de posse foi claro e incisivo em sua opção pelos mais pobres. Mal recebido pelos poderosos, teve o carinho do povo simples que logo o compreendeu.

Deixou o Palácio de São José de Mangueiras e foi morar nos fundos de uma velha igreja, em dois cômodos, sozinho e sem proteção. Lá o iria ver, numa noite escura, um rude sertanejo que lhe entregou, chorando, a faca com que tinham encomendado sua morte.

Surgem às vezes comentários com respeito às ausências de D. Helder. Ele traz a inquietude e a "solicitude de todas as Igrejas" do apóstolo Paulo, itinerante entre Éfeso, Roma, Tessalônica e Corinto. As dioceses nasceram à sombra da estrutura feudal de uma Idade Média imobilista e de poucas comunicações. Espaços quase estanques por séculos, ligados ao centro da Cidade Eterna. Mais recentemente tem buscado coordenar-se regional e nacionalmente e foi aliás D. Helder, como vimos, um dos primeiros a compreender essa necessidade. Um homem irrequieto como nosso bispo cabe mal dentro do velho esquema territorial e administrativo. Sua retaguarda é coberta com eficiência e dedicação por seu bispo-auxiliar, D. José Lamartine Soares, com quem trabalhara desde os tempos da A.C. no Rio. Deveriam criar-se, talvez, bispos-itinerantes, peregrinos, mais próximos dos profetas do que dos guardiões do templo, anunciando a Boa Nova pelos caminhos do mundo. Talvez inclusive isso não correspondesse tanto ao episcopado, mas a outra função eclesial e/ou eclesiástica. O monge Hildebrando, antes de ser o Papa Gregório VII, fora um grande viajante desse tipo.

D. Helder, na Mutualité em Paris, em Nova Iorque ou em Tóquio, supre com seu carisma as deficiências linguísticas e nas imprecisões da sintaxe cria uma semântica completada pelo olhar, a entonação e os gestos. Um jornalista uruguaio, Hector Borrat, assim o viu em Nova Iorque: "um entusiasmo vital que se derrama avassalador sobre os outros, uma soberana liberdade para expressar-se além do maior ou menor conhecimento do inglês, como os tons da voz e do olhar, com as mãos, com todo o corpo; um fabuloso histrionismo ao serviço das convicções mais profundas" (revista Marcha, 7 de fevereiro de 1969).

No exterior o consideram um bispo radical e "vermelho", o que realmente não é. No Brasil, e especialmente no Recife, muitos criticam sua moderação e seu "terceirismo". Não há que esperar dele os discursos inovadores mas os gestos que libertam. Sua prática internacional e suas intuições vão além, muito mais longe de suas idéias e mesmo de suas decisões de pastor local.

Várias intuições são enormemente ricas e férteis e merecem ser retomadas. Um exemplo o indica: sua idéia das "minorias abrahâmicas". Ele que lidou com governos, planos pastorais de emergência e de conjunto, descobriu a fecundidade que vem de baixo, dos grupos inovadores. Não são um "resto" ao lado do povo e à margem da história, mas os próprios e reais protagonistas da história que virá, os que fazem as experiências dinâmicas portadores de futuro, o fermento capaz de transformar. Minorias com a "força histórica" dos pobres a que se refere com insistência Gustavo Gutierrez, ligados e em função de um trabalho de massas. E que no fundo expressam, congregam e organizam as grandes maiorias do povo oprimido e emergente.

D. Helder tem repetido mais de uma vez que é preciso fazer com as intuições marxistas o que Santo Tomás fizera com o pensamento "ateu" de Aristóteles. Mas ao mesmo tempo é cauteloso em suas propostas de programas sociais, talvez ainda marcado pela experiência de sua Cruzada do Rio de Janeiro. Provavelmente não tem sido um dos bispos mais inovadores nas últimas assembléias da CNBB em Itaipá, mas tem sempre uma intervenção na hora oportuna e precisa, maliciosa e imaginativa, com que apoia francamente as inovações, convence os indecisos com o peso de sua autoridade e deixa sem argumento os conservadores e os tradicionalistas.

Deus lhe deu um organismo franzino e resistente. Precisa pouquíssimo — sono, comida — realiza muito. Suas madrugadas longas e fecundas são povoadas de meditação, leituras, muita oração, redação de

cartas, textos e poemas. Poeta quase inédito — o Pe. José, como assina quase sempre — deveria um dia ter publicados seus versos. Sua correspondência, por ocasiões praticamente diária, reproduz muito da caminhada da Igreja no Brasil. Constitui um arquivo inestimável.

Os meios de comunicação do Brasil, pelos anos da censura e da repressão, baniram sua imagem e seu nome. Prescrição por decreto, único argumento do arbítrio. Foi censurado em sua própria rádio diocesana. O nome Helder Câmara só aparecia nas colunas esportivas, com seu homônimo campeão de xadrês. Mas sempre esteve presente entre o povo simples e na opinião pública mundial, onde foi se tornando quase um mito. Um dia, aqui no país, tiveram que levantar o embargo. E durante a visita do Papa ficou patente o carinho do povo e de João Paulo II, que o abraçou dizendo: "D. Helder, irmão dos pobres e meu irmão".

Dia 15 de agosto deste ano comemorou cinqüenta anos de ordenação sacerdotal, várias décadas fecundas e enormemente criadoras. Pode alegrar-se de seu passado como padre e como bispo, servindo sempre, tantas vezes abrindo caminhos, apoiando, animando, olhando para a frente com uma invejável confiança.

Alguns criticam seu prestígio internacional e falam de vedetismo. Não percebem o que ele realiza como serviço, "diakonia", à Igreja Universal. Mais, muito mais que bispo de Olinda e Recife — que me perdoem os pernambucanos — é bispo de um "vasto mundo sem porteiros" e sem fronteiras. É sinal de uma Igreja que tem muito a anunciar nestes tempos de transição e crise onde, mais importantes do que os programas, são os gestos libertadores e a voz dos profetas clamando no deserto e anunciando mundos novos carregados de esperança. Deus nos conserve D. Helder por muito tempo, dirigindo-se com a palavra quente e o gesto significativo aos pobres de todos os quadrantes.